

Rendimento/ pay

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas,
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos as Demonstrações Financeiras da Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A. ("Rendimentopay" ou "Instituição") acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025. A Rendimentopay permaneceu resiliente com a priorização dos investimentos em tecnologia, capital humano e em soluções inovadoras de inteligência artificial, com vistas a modernização dos ambientes de negócios e de controle e a promoção de eficiência e excelência operacional. Refletindo a estratégia de diversificação de portfólio, a Rendimentopay iniciou, no decorrer deste

exercício, sua operação como adquirente, ampliando sua atuação no ecossistema de pagamentos. A Administração reafirma seu compromisso com a transparência, a governança e a conformidade regulatória, alinhado às melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas.
A Instituição
 A Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A. atua no mercado de soluções de pagamento, subadiquindo, cartões de crédito e pré-pagos (cartões de viagens, ações promocionais de incentivo e pagamentos diversos), gerenciamento de comissões de adquirentes e de projetos customizados, gestão de gastos corporativos e de pagamentos via Pix para vendas realizadas em estabelecimentos comerciais no Exterior.

Riscos e Controles Internos

O gerenciamento de riscos e capital encontra-se disseminado por toda Instituição, com estrutura alinhada à natureza das operações e aderentes às melhores práticas, assegurando a continuidade dos negócios, através de processos, sistemas e efetivos controles no tocante à exposição aos riscos. A área de Riscos, Capital e Controles Internos atua focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios e em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, de forma independente e em perfeita sintonia na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras, da Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A. o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração da Rendimentopay agradece aos seus clientes e parceiros pela confiança e aos colaboradores pelo empenho.

Administração

ATIVO	Nota	31/12/2025	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	4	9.211		95.056
Ativos financeiros		98.853		95.056
Ativo valor justo por meio de outros resultados abrangentes		81.293		69.972
Títulos e valores mobiliários	6a	81.293		25.084
Ativo custo amortizado		17.560		25.084
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	550		11
Títulos e valores mobiliários	6	12.947		126
Reservas interfinanceiras	7	4.063		206
(-) Provisões para perdas de crédito de valores a receber relativos a transações de pagamento		(336)		(11)
Outros ativos	8	25.805		11
Ativos fiscais	12a	11.267		126
Imobilizado		951		206
Intangível		2.352		14
TOTAL DO ATIVO		147.903		147.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Reservas		Lucros acumulados	Total
		Legal	Outras		
Saldos em 30 de junho de 2025		6.000		1.053	13.745
Ajustes a valor justo, líquidos de impostos		-	-	12	12
Lucro líquido		-	-	2.494	2.494
Constituição de reserva legal		124	-	(124)	-
Constituição de reserva de lucros		-	1.945	(1.945)	-
Aumento de capital	14a	6.000	(784)	(385)	-
Juros sobre capital próprio	14b	-	-	(1.093)	(1.093)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		12.000	124	3.041	15.158
Saldos em 31 de dezembro de 2024		6.000	722	5.925	12.617
Adoção inicial Resolução BCB nº 352/23		-	-	-	(101)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		6.000	722	5.925	(101)
Ajustes a valor justo, líquidos de impostos		-	-	23	23
Lucro líquido		-	-	3.712	3.712
Constituição de reserva legal		-	186	(186)	-
Constituição de reserva de lucros		-	1.947	(1.947)	-
Aumento de capital	14a	6.000	(784)	(4.831)	-
Juros sobre capital próprio	14b	-	-	(1.093)	(1.093)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		12.000	124	3.041	15.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional:	2. Apresentação das demonstrações financeiras:	3. Sumário das principais práticas contábeis:	4. Caixa e equivalentes de caixa:	5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:	6. Títulos e valores mobiliários:	7. Reservas:	8. Outros ativos:	9. Depósitos:	10. Outros passivos financeiros:	11. Outras obrigações:	12. Tributos:	13. Ativos fiscais:	14. Remuneração da Administração:	15. Recitas de prestação de serviços:	16. Despesas de pessoal:	17. Outras despesas administrativas:	18. Despesas tributárias:	19. Outras receitas e despesas operacionais:	20. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:
A Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição" ou "Rendimentopay") localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501 – 16º andar, integrante do Grupo Nacional e uma sociedade anônima e tem por objetivo oferecer serviços de cartões pré-pagos em moeda nacional e estrangeira, emissão de moeda eletrônica, gestão de recebíveis de cartões de crédito e débito, comissões mobiliárias, bem como outras atividades permitidas para instituições desta natureza.	As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações consequentes, com observância às normas do Banco Central do Brasil (Bacen), de acordo com a BCB nº 2/2020, constando nas Instruções de Instruções do Sistema Financeiro Nacional (Sifin), e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Instituição adotou a Resolução BCB nº 352/2023, alterando os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e optou por utilizar a dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores, conforme previsto no Art. 102 da Resolução BCB nº 352/2023. A Lei nº 14.467/22, entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2025 e dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Os efeitos decorrentes da sua aplicação são apresentados na expectativa de realização dos créditos tributários. A Resolução BCB nº 178/2022 aprovou o CPC 06 – Arrendamentos (R) que trata dos conceitos de ato de direito de uso e passivo de arrendamento, cujas operações, observadas as condições definidas no referido pronunciamento contábil, podem ser reconhecidas em balanço. A Rendimentopay figurando como arrendatária e considerando a facultade de adoção em sua somente em contratos com renovações ou firmados, a partir da sua vigência, não foi impactado em suas demonstrações financeiras. A Administração aprovou as demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2026.	a) Ajuste do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para os atos de natureza financeira. b) Moeda funcional: As demonstrações financeiras são representadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Instituição. c) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, complementados com investimentos de alta liquidez em aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que apresente risco insignificante de mudança de valor e limites. d) Instrumentos financeiros: De acordo com o estabelecido pela Resolução BCB nº 352/2023, os títulos e valores mobiliários são classificados com base no modelo de negócio aprovado pela Alta Administração, considerando as características dos fluxos de caixa contratuais e a identificação, específica, se estes atendem ao critério de "Somente Pagamento em Principal (SPPI)". Nessas condições os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: i) Custo Amortizado (CA): Ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa contratuais, consistindo somente em pagamentos de principal e juros (SPPI). ii) Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VORA): Ativos financeiros geridos para recebimento de fluxos de caixa e venda, desde que atendam ao critério SPPI e, iii) Valor Justo no Resultado (VJR): Ativos financeiros cujos fluxos de caixa não atendem ao critério SPPI ou são geridos para venda. Provisões Associadas ao Risco de Crédito – o Rendimentopay adotou a metodologia simplificada para o cálculo das perdas esperadas, dos instrumentos financeiros, conforme o artigo 50 da Resolução BCB nº 352/2023. As perdas estão estimadas com base nas análises de probabilidade de inadimplência do devedor, percentual da exposição não recuperável e valor exposto no momento da inadimplência, cujas classificações obedecem a metodologia e percentuais definidos na Resolução. A mensuração a valor justo de títulos consiste na avaliação desses instrumentos com base nos preços cotados em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos, considerando a data de mensuração. O preço cotado em um mercado ativo é reconhecido como a avaliação mais confiável para a determinação do valor justo e deve ser utilizado sem ajustes, sempre que disponível. A classificação do valor justo é estruturada em três níveis hierárquicos, conforme descrito a seguir: Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem necessidade de ajustes ou estimativas adicionais. Nível 2: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, ou valores obtidos por meio de métodos de avaliação, como o método de "Fluxo de Caixa Descontado", em que todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis de mercado. Nível 3: Técnicas de avaliação em que os inputs significativos não são observáveis no mercado, exigindo estimativas e pressupostos baseados em informações disponíveis. Na caso específico dos títulos presentes no Rendimentopay, estes estão classificados nos Níveis 1 da hierarquia de valor justo. Isso significa que o valor é calculado multiplicando o preço cotado de cada título individual pela quantidade detida pela entidade, sem a necessidade de ajustes adicionais. Essa abordagem assegura maior confiabilidade e transparência na mensuração, uma vez que se baseia diretamente em dados de mercado observáveis e verificáveis. e) Imobilizado em Uso: Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens. f) Intangível: São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são avaliados com base no custo de aquisição ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. g) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros - (Impairment): O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução BCB nº 120 e em observância ao Pronunciamento Técnico 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). h) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 25% aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 9% para as instituições de pagamento, incidente sobre o lucro, após considerada a redução de tributos decorrente da legislação fiscal. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre as Instituições de Pagamento. A nova norma estabelece um escalonamento da alíquota da CSLL, conforme o cronograma abaixo: (i) 9% (alíquota vigente); aplicável até 31 de março de 2026; (ii) 11%; aplicável para o período compreendido entre 1º de abril de 2026 e 31 de dezembro de 2027; e (iii) 15%; aplicável a partir de 1º de janeiro de 2028. i) Outros ativos: Correspondem aos valores a receber das Bandeiras Visa e Mastercard, relativos às transações de pagamento e estão registrados pelo valor de liquidação. j) Depósitos: Correspondem aos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, para os quais não há remuneração. k) Outros passivos financeiros: Correspondem aos valores a pagar com as bandeiras, relativos às transações de pagamento, registradas pelo valor a ser liquidado. l) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB nº 09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: (i) Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a geração de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; (ii) Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras, evidenciados basicamente pelas condições que não existam na data-base das demonstrações financeiras. o) Resultados recorrentes e não recorrentes: Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser divulgados de forma segregada, já relacionados ao não, incidentalmente, com as atividades típicas da Instituição, não previstos para	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-	As demonstrações financeiras são elaboradas em conformidade com as melhores práticas do mercado e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas. A Instituição mantém uma política de divulgação de informações que visa a transparência e a prestação de contas aos stakeholders. A Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Admi-

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.494
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040

2º Semestre/2025	Exercício/2025
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040
Imposto de renda e contribuição social	(227)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(227)
Resultado antes do IR (25%) e CSLL (9%)	2.040